



Resumo da Audiência de Conciliação Obrigatória, Segunda-feira, 29 de agosto de 2016

Em abril, o Governo de Timor-Leste iniciou o processo de conciliação obrigatória ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) com o objectivo de alcançar um acordo sobre fronteiras marítimas permanentes com a Austrália.

Timor-Leste não tem meios diretos para delimitar as fronteiras marítimas com a Austrália porque, em março de 2002, dois meses antes da restauração da independência de Timor-Leste, a Austrália retirou-se dos procedimentos de resolução obrigatórios de disputas relacionados com as fronteiras marítimas no âmbito da CNUDM, o que exclui a possibilidade de qualquer decisão de um tribunal relativamente a fronteiras marítimas. A Austrália também se tem recusado a negociar fronteiras marítimas permanentes numa base bilateral.

Isso deixou Timor-Leste sem outra opção, senão a de iniciar a conciliação obrigatória ao abrigo da CNUDM. Este é um processo que permite que uma Comissão de Conciliação independente assista as partes a procurar uma resolução para a disputa sobre fronteiras marítimas.

Na segunda-feira, dia 29 de agosto, Timor-Leste teve a oportunidade de apresentar o seu caso publicamente perante a Comissão, numa apresentação que durou cerca de 90 minutos e que foi transmitida ao vivo através do portal do Tribunal Permanente de Arbitragem.

Em representação de Timor-Leste, estiveram o Chefe da Equipa de Negociações, o Ministro Xanana Gusmão, o Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, Agio Pereira, e a Diretora do Gabinete das Fronteiras Marítimas, Elizabeth Exposto. Estiveram também presentes os assessores jurídicos de Timor-Leste, o Professor Vaughan Lowe QC, o Sir Michael Wood e a DLA Piper.

Timor-Leste expôs a história global dos seus esforços para prosseguir a delimitação de fronteiras marítimas, a partir do seu contexto histórico, e terminou com uma explicação clara de como o direito internacional se aplica no caso de fronteiras marítimas entre Timor-Leste e a Austrália.

Em suma, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar requer que uma fronteira marítima traçada entre dois países vizinhos deva refletir "uma solução equitativa". Para os vizinhos com sobreposição de reivindicações, os tribunais internacionais aplicam a "abordagem da equidistância/ circunstâncias relevantes" ou a abordagem das três fases.

A abordagem das três fases geralmente começa por traçar uma linha de equidistância provisória entre dois países. O segundo passo é ajustar essa linha para ter em conta as "circunstâncias relevantes" que poderiam distorcer o resultado (como a presença de pequenas ilhas) e o passo final é a aplicação de um teste de não-desproporcionalidade.

Usando esta abordagem padrão, Timor-Leste explicou que a fronteira marítima no Mar de Timor deve ser uma "linha mediana", essencialmente a meio caminho entre Timor-Leste e a Austrália, com os limites laterais situando-se mais para o leste e oeste. A fronteira traçada usando esta abordagem iria colocar mais campos de petróleo e gás, incluindo o Greater Sunrise, na área marítima soberana de Timor-Leste.

Como parte de sua apresentação, Timor-Leste também explicou que os acordos atuais de partilha de recursos no Mar de Timor são arranjos provisórios que não afectam a delimitação de fronteiras marítimas permanentes.

A Austrália contestou a competência da Comissão de Conciliação. Na sua apresentação, a Austrália argumentou que a moratória de 50 anos, incluída no Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS), impede Timor-Leste de discutir ou negociar fronteiras marítimas permanentes. A Austrália falou sobre a adequação do regime atual do Tratado e a necessidade de respeitar e manter os seus termos. A Austrália argumentou que Timor-Leste deu início à conciliação para evitar as suas obrigações resultantes dos tratados existentes.

Timor-Leste demonstrou como a Austrália, ao recusar-se a negociar fronteiras marítimas, não deixou alternativas para além do processo de conciliação. Timor-Leste salientou que o objetivo da conciliação é ajudar as partes a chegar a um acordo e que os tratados provisórios tais como CMATS não podem impedir Timor-Leste de tentar fazê-lo. Timor-Leste passou a explicar que a cláusula de moratória no CMATS não se destinava a impedir as discussões ou negociações relativas a um acordo sobre fronteiras marítimas, que todos os Estados costeiros têm o direito de prosseguir.

É esperado que Comissão de Conciliação delibere sobre a questão de competência durante as próximas semanas.